

CAMPUS

UnB — DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO — JORNAL LABORATÓRIO

Nº 23

BRASÍLIA

JUNHO/80



Vandré rejeita 64, mas não faz protesto

Geraldo Vandré, de passagem por Brasília, falou da sua atividade atual, dos tempos dos festivais e como ele encara a situação de um artista de fama, atuante nos dias de hoje. Disse ainda por

que deixou de produzir música para o mercado, fez considerações sobre regime político vigente e como se portam as editoras musicais no seu caso.

Vandré se considera um conservador, rejeita que o qualifiquem de contestador,

quer voltar a ser funcionário público e está pleiteando na justiça que sejam declarados nulos todos os atos de governo

praticados com base no ato institucional número cinco. Considera que o Brasil está

num verdadeiro caos, não reconhece a autoridade deste governo e dá uma dica: ele pode voltar aos palcos, mas para que isso ocorra é preciso primeiro que hajam certas circunstâncias que ele explica no decorrer da entrevista.

Páginas 4 e 5

Uso do solo da capital pede atenção

O solo brasileiro começa a ganhar maior atenção. O melhor uso, tanto do solo urbano, quanto do solo produtivo do cerrado, requer planificação e utilização cuidadosa de suas potencialidades. Sob orientação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, vêm sendo desenvolvidos projetos específicos de aproveitamento da região dos cerrados, que inclui Brasília, com ótimos resultados. Apesar do alto custo de produção, subsidiado pelo governo, os níveis de produtividade alcançados surgem como uma das melhores opções para a expansão da

fronteira agrícola nacional.

Pela falta de um planejamento urbano adequado às características de Brasília, cidade de grande crescimento populacional, a área urbana edificável da capital poderá tornar-se uma das mais caras do país dentro de pouco tempo. A previsão é do professor Stephen C. Collins, especialista em desenvolvimento urbano da América Latina, depois de desenvolver uma pesquisa no Brasil e de encontrar soluções já propostas por órgãos brasileiros, atualmente engavetados.

Página 8

Oposição pode se unir para evitar distrital

As oposições estão retirando as emendas que estavam em tramitação no Congresso Nacional para apressar a votação da emenda governamental estabelecendo as eleições diretas, que veio substituir a fracassada emenda Lobão. É importante, para elas, que sejam estabelecidas as diretas antes de 1982, pois segundo o deputado Fernando Lira (PMDB-PE) elas são o primeiro passo para a democratização do país, embora acredite que só uma assembleia constituinte resolva os problemas nacionais.

Essa união das oposições poderá até

materializar-se em uma só sigla, caso o governo teime em impor o voto distrital à nação. Esta posição foi defendida pelos deputados Tarcísio Delgado (PMDB-MG) e Carlos Alberto (PTB-RN) que consideram o voto distrital antidemocrático por beneficiar os detentores do poder econômico. Mas a oposição não é unânime nessa postura, como mostra o deputado Newton Cardoso (PP-MG), que não defende a união das oposições pois acha que seria um retrocesso político a volta ao bipartidarismo.

Página 2

CAIXA QUER MUDAR CRÉDITO EDUCATIVO

Com sérios problemas para o reembolso do empréstimo concedido aos alunos de curso superior, a Caixa Econômica Federal prepara medidas de controle para

o Crédito Educativo, a curto prazo.

Mais da metade de seus beneficiários não pagam o Crédito impossibilitando novos contratos, já que o sistema se

auto-alimenta com o recebimento de antigos empréstimos.

Uma das medidas que está em estudo é o corte da verba aos cursos profissionais

ditos "de mercado saturado", o que se acredita serem os principais responsáveis pelo desemprego do aluno e impossibilidade de saldar o débito com a Caixa.

Página 3

Oposição retira emendas para apressar diretas

Os partidos de oposição já estão retirando as emendas que estavam em tramitação no Congresso Nacional, para apressar a votação da emenda governamental que estabelece as eleições diretas. A afirmativa é do líder do PMDB, deputado Freitas Nobre, que considera tanto a fracassada emenda Lobão como a nova emenda do presidente Figueiredo partes de uma primeira fase da luta pelas eleições diretas e pelo respeito da legitimidade dos representantes escolhidos pelo voto direto e secreto.

O PDS preferiu ficar com a emenda

apresentada recentemente pelo Palácio do Planalto; o que ficou claro nas três sessões do Congresso Nacional em que houve votação da emenda do deputado Edison Lobão, quando os deputados do PDS, partido do governo, se ausentaram maciçamente, sendo esta emenda arquivada por ter-se esgotado o prazo de tramitação.

Segundo o deputado Fernando Lira (PMDB-PE), essa posição faz parte da estratégia do governo de não admitir que age sobre pressão da sociedade para a abertura, por achar que só ele deve pro-

porcioná-la. "O presidente não quer delegar a outros o que pode ser feito por ele", afirmou.

Afirmou também o deputado oposicionista que apesar das eleições diretas para governadores serem um primeiro passo para a democratização do país e uma efetiva participação popular, todas essas emendas, Lobão, Montoro, etc..., não resolvem o problema da nação, são apenas paliativos. Para Fernando Lira a emenda resolveria o problema dos governadores e não outros como a lei de segurança nacional ou o pacote de abril. Só mesmo uma

assembléia constituinte poderia elaborar uma nova constituição, pois esta está apoiada no arbítrio.

Já a opinião do deputado Rogério Rêgo (PDS-BA) é bem diferente: "O que interessa verdadeiramente é votar para que se processem na forma direta as próximas eleições para os governos estaduais. Apoio o governo e sinto-me feliz em participar com o meu voto para a aprovação do projeto que restituirá aos brasileiros o direito de elegerem seus governantes. Além do mais, o projeto do governo é bem mais amplo que o do meu colega".

Voto distrital pode agora forçar oposição a se unir

"Os partidos de oposição deverão unir-se em uma só sigla, caso o governo teime em impor o voto distrital à nação." Esta afirmação é do deputado Mário Frota (PMDB-AM) e foi reforçada pelos deputados Tarcísio Delgado (PMDB-MG) e Carlos Alberto (PTB-RN). Mas nem toda a oposição têm a mesma opinião; já o deputado Newton Cardoso (PP-MG) pensa diferente dos parlamentares citados.

O voto distrital, vinculando a eleição de cada deputado à obtenção da maioria de votos em um pequeno distrito eleitoral, favorece o poder econômico, representado pelo PDS do governo, sem falar no controle das máquinas administrativas estaduais e municipais exercido pelo partido situacionista, afirmou o deputado Mário Frota (PMDB-AM).

Os partidos de oposição, nesse caso, poderão até ter dificuldade para alcançar a percentagem de votos necessária para vencer as eleições, devido à divisão das oposições nas quatro agremiações: PMDB, PTB, PT e PP.

É certo que já existe em plenário a união dos partidos de oposição quando da votação de matérias específicas. No entanto, isso não é tudo, no caso do voto distrital vir a ser aprovado. A salvação das oposições é a união em torno de uma só sigla partidária. Ou agem assim, ou serão riscadas do mapa político do país.

O deputado Tarcísio Delgado (PMDB-MG) acrescentou que apesar do PMDB, como partido sucessor do MDB, defender desde o primeiro instante a união de todos os oposicionistas em uma só sigla, aconteceu que alguns ex-integrantes do MDB não acolheram esse ponto de vista e começaram a formar outros partidos, como o PP, o PT e o PTB.

"Com o voto distrital mais que nunca seria necessária a união de toda a oposição em um só partido para fazer frente à união dos governistas no PDS", disse ele. Afirmou também que este tipo de voto reduzirá a manifestação da vontade em torno de pequenos problemas locais, sem a necessária conotação dos problemas maiores da nacionalidade.

Além disso — acredita o deputado Tarcísio Delgado — o voto por distrito não é inspirado em fins democráticos, e tem por finalidade a reciclagem do governo para a perpetuação do grupo dominante no poder, opinião que foi reforçada pelo deputado Carlos Alberto (PTB-RN) para quem o voto distrital é um artifício

do regime autoritário que pretende se perpetuar no poder.

"Os alquimistas do Palácio do Planalto sob a liderança do Sr. Golbery do Couto e Silva pretendem fazer a implantação do voto distrital para transformar o Congresso Nacional em uma grande Câmara Municipal". Disse o parlamentar do PTB que o voto distrital daria um maior campo de ação aos coronéis de fazendas, bem como figuras não autênticas do povo, mas donos do poder econômico, de chegarem ao Parlamento.

"Para a oposição — acrescenta o deputado — o voto distrital é inviável. A oposição não tem como enfrentar o governo, a não ser através da unificação. Implantado o voto distrital, entendo que os partidos de oposição devem assumir um papel histórico para a vida de nosso país, qual seria renunciar às siglas partidárias e lutar dentro de uma só agremiação para que assim possam implantar a verdadeira democracia no país".

NEM TODOS

Mas nem toda a oposição tem a mesma opinião sobre os temas voto distrital e união das oposições. Segundo o deputado Newton Cardoso (PP-MG), o voto distrital é o ideal para um país democrático, porque ele torna o deputado mais íntimo de sua comunidade, assim este fica identificado com os problemas de seu distrito e força junto ao governo reivindicações de sua região. Ponderou que, contudo, o país não está preparado para a adoção do voto por distrito, tendo em vista que, mal saindo de uma reforma partidária, o governo não terá condições de mudar a lei eleitoral.

Disse que defende a união em votações no sentido de protelar a adoção do voto distrital, até que haja formas, através de debates e congressos, de esclarecer a todos os segmentos da sociedade brasileira o que seja o voto distrital.

A união das oposições se daria apenas em torno de assuntos específicos e não uma só sigla, pois, na opinião do deputado do Partido Popular, seria um retrocesso político, pois se voltaria ao bipartidarismo.

Ana Maria Seidl

Presidente do Conselho não admite mudança

A Censura pode mudar. Mais precisamente, o Conselho Superior de Censura, convocado pelo falecido Ministro Petrônio Portella, no ano passado, pode vir a perder o caráter liberal que tem demonstrado em suas decisões. Atribui-se ao atual Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, a intenção de restringir a liberalização do Conselho, que aos seus olhos parecia inoportuna. Uma primeira medida seria a inclusão de novos representantes — atualmente estão trabalhando 13 dos 15 membros previstos — ao corpo do Conselho. E um desses elementos seria um homem da igreja.

O presidente do Conselho, Octaciano Nogueira, discorda dessa posição e garante que nada, até agora, tem sido cogitado nesse sentido, pelo menos no que se refere aos próprios conselheiros. Ele lembra, inclusive, que a escolha de um representante da igreja seria uma medida inconstitucional, já que a nossa Constituição não permite a discriminação no que concerne às diversas religiões existentes. Desse modo, um católico compo- nendo o Conselho não estaria englobando o conceito de moral da igreja brasileira. E adotar representantes de todas as religiões é, sem dúvida, uma iniciativa impraticável.

Segundo Octaciano Nogueira, as diversas matérias em relação a um possível "fechamento" por parte do Ministro Abi-Ackel são apenas especulações dos jornalistas e de forma alguma correspondem a uma realidade concreta. Até agora, o Conselho tem respondido aos propósitos liberais sugeridos por Petrônio. E se estes propósitos não são compatíveis com o pensamento do atual Ministro, nada ainda foi comprovado, além de hipóteses levantadas pelos jornais.

A posição do Jornalista Pompeu de Souza, representante no Conselho da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), não difere muito da assumida pelo presidente. Pompeu de Souza confirma que as notícias publicadas não passam de meras especulações e que nunca foram tidas como reais nas discussões dos conselheiros.

Entretanto, partindo do suposto de que venha a existir uma possível intenção por parte do Ministro de restringir a liberalização do Conselho Superior de Censura, Pompeu de Souza afirma que não vê razão de permanecer trabalhando numa entidade tornada inócua. E se o Conselho vier a ser emprenhado (expressão sua) de representantes, ele pedirá permissão

à ABI para desligar-se da sua missão. No modo de pensar de Pompeu de Souza, todos os conselheiros que levam o trabalho a sério deveriam fazer o mesmo, pois não há nenhum motivo plausível para se permanecer numa entidade inativa.

Fica-se, assim, no impasse entre o real e o sensacionalismo. Até agora, tem-se visto prévios sinais de liberalização. Mas em termos de censura — que segundo a "Encyclopaedia Britannica" foi baseada, historicamente, no princípio de que as idéias são sempre importantes, como incitamento à ação — nada é surpreendente. Afinal, na Inglaterra, um dos países mais civilizados do mundo, somente em novembro de 1960 um júri chegou à conclusão que "O Amante de Lady Chatterley", escrito em 1928, de D. H. Lawrence, não era um livro obsceno.

CAMPUS

JORNAL-LABORATÓRIO

UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA (UnB)
DEPARTAMENTO
DE COMUNICAÇÃO Nº 23

JUNHO 1980

Publicação mensal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição e Programação Visual a cargo das disciplinas "Técnicas de Jornal e Periódico I", "Edição Jornalística" e "Paginação de Comunicação", Universidade de Brasília (UnB), Campus Universitário, Asa Norte, 70.000, Brasília, DF.

Diagramação:

Jeannette W. R. de Cunha — Página 1

Ana Maria Fleury Seidl — Página 2

Maria Inez Vaz Dias — Página 3

Stênio Altoé V. da Silva — Páginas 4 e 5

Patrícia Ramos de França — Página 6

Zacharias Bezerra de Oliveira —

Página 7

Mirê M. Santos — Página 8

Brasília faz seu primeiro longa-metragem este ano

Tentando reconciliar-se consigo e com o mundo, um intelectual em crise vai para um povoado às margens da civilização. Mas, apesar de suas boas intenções, sua integração com a comunidade é prejudicada pela atitude paternalista gerada por sua visão de mundo. Esse é o tema do longa-metragem — o primeiro de Brasília — a ser dirigido pelo professor Geraldo Rocha Moraes, do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília.

A **Difícil Viagem de Evandro Sousa** (título do longa-metragem) é um dos 44 filmes que tiveram seus roteiros aprovados este ano, pela Embrafilme, para financiamento. Além dele, também de Brasília, há **Berookan** (nome que os carajás dão para o Rio Araguaia, cujo significado é "Água Grande"), de Leonel Luchini.

Conforme Geraldo Rocha Moraes, o filme tem todas as chances de vencer na

segunda etapa, que consiste na aprovação dos orçamentos e roteiros definitivos dos 20 a 25 filmes dos 44 aprovados na primeira fase. Exceto as despesas necessárias, como equipe técnica, montagem, material, o filme, quase todo em contato com a natureza, terá um custo relativamente baixo.

O ARGUMENTO

A idéia nasceu de uma viagem a Barreira do Piqui, cidadezinha às margens do Araguaia, onde serão feitas algumas tomadas. O confronto entre o grupo visitante (ao qual Geraldo pertencia) e os habitantes do local forneceu o argumento do filme, definido pelo autor como a "síntese da nossa crise urbana".

Evandro Souza é o intelectual que parte à procura do elo que vai reatá-lo à realidade. Por uma circunstância casual, chega a um povoado que raramente tem contato com o mundo urbano (Barreira

do Piqui). Mas como seus conceitos, rígidos e artificiais, não se modificam, fracassa no processo de integração com a comunidade. Depois de sofrer muitas represálias, consegue, enfim, entender que a "solução de seus problemas está em viver a vida", acabando com a dissociação em que vive.

Conforme Geraldo, o filme apresenta um "processo mágico de mudança", passando do "nível racional, lógico e científico para o sensorial, experimental, vivido (numa primeira etapa), efetuando a seguir a síntese dos dois planos.

O simbólico e o mágico estão presentes: a viagem que Evandro Souza faz ao interior do País é uma viagem ao seu próprio interior. Já o Araguaia é mais que um rio: ele divide as terras, os aspectos externos e internos da realidade e do personagem, mostrando o homem integrado ao Ocidente e "o outro lado, o Brasil brasileiro".

DIFICULDADES

O roteiro e o elenco definitivos estão condicionados ao orçamento da Embrafilme. Por isso, Geraldo Rocha Moraes já elaborou dois esquemas. Um, que qualifica de "profissional", conta com uma equipe de atores conhecidos do público, o que poderá facilitar seu trabalho e contribuir par maior facilidade de distribuição comercial do filme. Outro, mais modesto, não incluirá atores profissionais.

Geraldo prevê, ainda, outra dificuldade: a disponibilidade dos atores em trabalhar um mês no interior de Goiás, em instalações de pouco conforto.

Mas qualquer que seja o esquema, é certo que alguns atores de Brasília e Goiânia trabalharão. E estudantes e ex-alunos da UnB comporão a equipe técnica.

Vestibulando, diga adeus ao chute



De acordo com o método antigo de vestibular da UnB, ao errar três questões o candidato teria uma resposta certa anulada mas, apesar disso, a Copeve verificava que muitos candidatos ingressavam na Universidade por uma questão de sorte. Por isso resolveu-se que o sistema de seleção de candidatos seria mudado: no próximo vestibular cada prova terá 15 questões e as questões serão de dois tipos, com maior número de opções.

As questões tipo A terão até 10 opções, numeradas de 0 a 9, que podem estar todas certas, todas erradas ou ainda umas certas e outras erradas. E todas devem ser marcadas. Isto demonstra que será muito pequena a probabilidade de alguém que não saiba a matéria marcar corretamente todas as 10 opções.

As questões de tipo B não apresentam opções para escolha. A resposta será um resultado numérico a ser determinado, representado por um número de 0 a 99.

Na opinião do prof. Ênio Magalhães, presidente da Copeve, as alterações para o vestibular de julho têm como principal objetivo valorizar quem estuda. Não há intenção de prejudicar ninguém — diz ele — pois essas modificações apenas protegerão os candidatos que realmente se preparam para as provas e irão diminuir bastante a entrada de alunos por "chutes".

Mesmo assim os professores de curso não estão receosos com essas mudanças, pois temem que o vestibulando desanime

achando que de qualquer modo sua chance de passar será pequena e que por as provas terem se complicado, no nervosismo em que se encontrarão os candidatos na hora de fazê-las muitos se atrapalharão quando forem marcar os cartões.

Mas a maior preocupação deles é que, além de todas as modificações, os dias em que serão realizadas as provas não coincidirão com os outros Estados e assim logicamente o número de candidatos de fora que virão tentar passar na UnB triplicará.

O prof. Ênio Magalhães explica que a demora no início do vestibular, que começará dia 13 de julho, se deve a ter havido o curso de verão, que atrasou o início das aulas do primeiro semestre e que automaticamente retardou a preparação para o vestibular. Então pediu-se ao MEC a autorização para adiar por uma semana o início das provas.

O presidente da Copeve ainda avisa, por causa do medo geral que acompanha os candidatos, que o nível das provas não será dificultado, as novas mudanças referem-se apenas ao número de opção de cada questão, à valoração das questões e ao modelo do Cartão Resposta.

A comissão organizadora do próximo vestibular está realmente interessada e, esperando elevar o nível dos candidatos, então resolveram colocar mais uma opção de curso, antes eram só duas, agora são três, onde sairá ganhando quem fizer maior número de pontos, mesmo que a sua opção seja de terceira prioridade.

Crédito educativo pode acabar para muitos

Os problemas que a Caixa Econômica Federal tem enfrentado para a manutenção da receita do Crédito Educativo podem determinar o fim do sistema de financiamento aos diversos cursos do ensino superior. Esta medida, ainda em estudos, vem como consequência da dificuldade que a Caixa tem no resgate do crédito concedido a grande parte dos estudantes beneficiados.

Marlice Fernandes, funcionária encarregada do Crédito Educativo na agência da Caixa-Conjunta Nacional, disse que "a culpa não é propriamente dos estudantes. São áreas em que o mercado está se saturando de profissionais, o que torna difícil ao estudante sem emprego reembolsar a Caixa pelo Crédito de ensino concedido. Provavelmente os cursos de áreas administrativas como Economia, Administração de Empresas e outras em que o mercado ainda comporte profissionais, terão prioridade".

É difícil imaginar quais os critérios que serão utilizados para a avaliação das prioridades, mas a medida procura solucionar um problema em que a gravidade chega ao fato de que mais de 60% dos beneficiados não pagam o crédito retirado e, como declarou Marlice, o Crédito Educativo sobrevive do reembolso de antigos beneficiados pelo Crédito, para que novos possam receber a ajuda.

A ajuda do Crédito Educativo não é das maiores. Atualmente a quota de manutenção é de apenas Cr\$ 1.100,00 mensais, o que é insuficiente, mesmo para a alimentação de um aluno que faça suas refeições no restaurante da UnB, pagando 23,00 cruzeiros por refeição.

Um estudante que religiosamente tenha seu almoço e jantar no Bandeirão da Universidade, pagará ao fim de 30 dias exatamente Cr\$ 1.288,00. Considerando que não é oferecido o jantar nos quatro domingos do mês, justifica-se um acréscimo mínimo de 200,00 cruzeiros mensais para quatro PFs — Pratos Feitos — sem grandes pretensões. A taxa mínima de manutenção passa para 1.488,00 cruzeiros, sendo que cobriria apenas a alimentação, sem se preocupar com aspectos, tais como higiene e transporte.

A funcionária da Caixa explicou ainda que "este é o primeiro ano em que o Crédito não teve seu reajuste regular de início do período, aumentando sua taxa de manutenção. E este aumento deverá vir apenas no início do segundo semestre".

Enquanto isso, o estudante que vem se "beneficiando" do Crédito Educativo já viu suas reservas de manutenção reduzidas com os constantes aumentos do preço de sua alimentação, transporte e lazer, que vêm sendo corrigidos desde o ano passado.

Vandré po

Geraldo Pedrosa de Araújo Dias, mais conhecido como *Geraldo Vandré*, esteve em Brasília nos últimos dias de março. Ele, que atualmente trabalha como advogado, veio à capital para obter informações sobre o andamento do processo em que pede reintegração aos quadros de funcionários da SUNAB, da qual foi dado como demitido por força do Ato Institucional nº 5.

A entrevista foi concedida no Aeroporto de Brasília, enquanto aguardava o avião que o levaria a São Paulo, onde reside. Nela *Vandré* falou do seu processo, da sua preocupação com o Estado de Direito, da sua saída do Brasil em 69, sua passagem pelo Chile, os motivos que o levaram a abandonar a música e das possibilidades que existem de voltar à vida artística.

O diálogo foi mantido na sua forma original, para que o leitor possa formar o seu juízo acerca das condições psicológicas de *Vandré*.

Campus — Vandré, você está impetrando um Mandado de Segurança pedindo reintegração?

Vandré — O mérito da questão é reintegração de funcionário público dado como demitido por força do AI-5. Com o tempo, com a morosidade na solução do problema, eu entendo que a questão fundamental, hoje, é o restabelecimento de um consenso mínimo, dentro do qual possa se falar de novo de advocacia, de justiça, de governo no Brasil.

Campus — Como você explica o fato de ter se destacado justamente pelo fato de ter sido um grande contestador do sistema e agora estar pedindo reintegração a este mesmo sistema?

Vandré — Em primeiro lugar eu não acredito em contestação. Para mim contestação é um procedimento judicial, *strictu sensu*: você contesta um pedido ou você contesta uma decisão judicial. Mas é forma, forma jurídica de processo, direito processual. Neste nível eu entendo. Agora, neste nível em que você coloca, contestação contra o sistema, me parece muito vago, porque para que se questione responsabilmente um sistema, primeiro é preciso que haja o sistema, depois que você o identifique e o compreenda. Eu nasci dentro de um sistema, dentro de uma sociedade, fui alimentado por ela e educado. É em relação a estes valores, inclusive, que eu me posiciono. Eu acho que é ao contrário, eu sou muito mais conservador do que contestatário.

Campus — Mas a sua música, a sua participação enquanto compositor e cantor, era uma atuação que se colocava contra o regime político instalado no Brasil em 64.

Vandré — Em primeiro lugar, é para mim muito difícil, nas sociedades contempo-

râneas, dividir a sociedade civil da sociedade chamada militar. Eu acho que elas coexistem através dos tempos em todas as sociedades que nós conhecemos, na brasileira também. Eu acho inclusive uma irresponsabilidade muito grande, da parte das pessoas que deveriam estar ocupadas com o ordenamento jurídico da sociedade brasileira, esta tentativa sistemática de transferência das suas responsabilidades para as áreas militares. Inclusive porque não é competência específica das categorias profissionais militares o estudo — não que eles se excluam — mas a competência profissional da discussão das leis, do seu questionamento, da elaboração e da sua aplicação é do corpo jurídico da nação.

Campus — Isto acontece atualmente?

Vandré — Eu nunca fiz nenhum pedido à justiça militar.

Campus — Você não foi julgado por ela?

Vandré — Não, eu não fui julgado por ela.

Campus — Em 69, qual foi o motivo da sua saída do Brasil? Você saiu por sua livre e espontânea vontade?

Vandré — Saí por minha determinação e decisão.

Campus — Mas o que o levou a fazer isso?

Vandré — Está tão longe isso, sabe, mas na verdade o que me levou a fazer isso eu penso que foi um erro de convencimento, uma visão equivocada da minha parte da realidade brasileira.

PROMOÇÃO DA TORTURA

Campus — Mas aqui no Brasil, antes de sair, você chegou a ser preso?

Vandré — Não, tive incidentes policiais, mas nada que ver com isso.

Campus — Dizem que você teria sido preso antes de sair, que teria sofrido tortura, inclusive lavagem cerebral.

Vandré — Mas não dizem quem foi, não. As pessoas dizem muitas coisas e se responsabilizam muito pouco pelo que dizem.

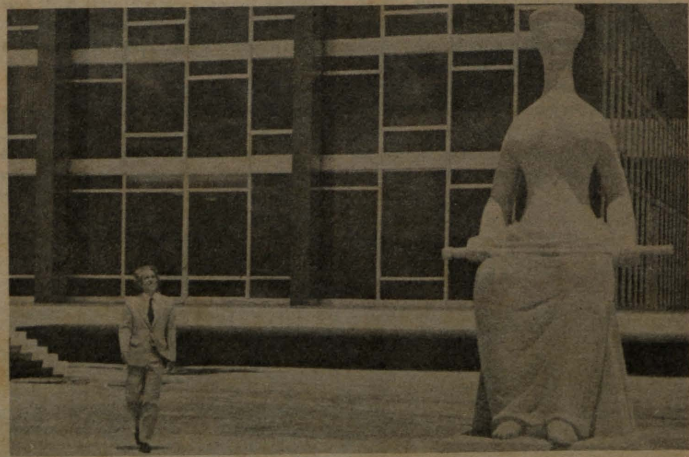
Campus — Isto então é infundado, são meros boatos?

Vandré — Quando a gente diz, assim, fulano foi torturado, a gente deve dizer: fulano foi torturado por sicrano a tantas horas em tal lugar, na presença de tais pessoas que testemunham. Se você não tem como conduzir, ficar tocando neste assunto, levantando esta questão para não solução, é óbvio que é prática que resulta na promoção da tortura.

FALTA GOVERNO NO BRASIL

Campus — Conte o que fez você abandonar a música, a composição, os shows e passar a ser um advogado militante.

Vandré — Falta de governo. Falta empresa de música no Brasil. Hoje falta empresa de tudo porque falta governo em tudo, essa é a minha opinião. Na época em que



parei, a impressão que eu tinha era que só faltava governo em música, é por isso que eu parei.

Campus — Mas existem pessoas que ainda estão compondo, apresentando shows, enfim, transmitindo o seu recado.

Vandré — Para o desgoverno?

Campus — E o que você acha que contribui para o governo?

Vandré — O estabelecimento de um consenso, de um novo acordo social ou o restabelecimento do acordo anterior.

Campus — Como você acha que se pode conseguir este consenso, este acordo social?

Vandré — Com a declaração judicial de nulidade de todos os atos praticados com base no AI-5, que é um crime, um delito contra a organização do Estado.

Campus — E o que você pessoalmente pretende fazer para contribuir nesta luta?

Vandré — Eu entrei com um pedido judicial de segurança, contra a aplicação do ato AI-5.

Campus — Quando foi a última vez que você compôs?

Vandré — Para o Brasil, para o mercado brasileiro, a última vez que eu produzi foi em 68.

Campus — Mas "Benvirá" é de 73.

Vandré — É, mas este de 73 é produção francesa, é produção minha e da Maison du Chain Mond. Uma produção francesa que foi distribuída em princípio pela Phonogram no Brasil, mas nós estamos discutindo a validade deste contrato, porque ele foi feito muito precariamente. Eu já estou inclusive fazendo um trabalho de re-mixagem deste *tape* feito na França para relançamento oportuno no Brasil.

Campus — Quer dizer que *Geraldo Vandré* compositor ainda existe?

Vandré — Não, neste caso é um produtor de discos. Eu sou um re-mixador. A produção de *Geraldo Vandré* foi feita na

França em 73, esta produção específica. Mas antes disso é preciso que haja contratualidade, falta contratualidade.

EDITORAS FUNERÁRIAS

Campus — Este disco então você só relançará quando isto ocorrer?

Vandré — É só. Agora as editoras, ou seja, as casas funerárias. Elas eram editoras agora viraram casas funerárias, porque elas vivem de um mito chamado *Geraldo Vandré* e elas vão continuar explorando isto e se beneficiando desse interesse seu pela música, independente do Direito e da organização do Estado.

Campus — Você não recebe nada da divulgação da sua música?

Vandré — Receber o quê?

Campus — Dinheiro.

Vandré — Não se sabe quem faz o dinheiro no Brasil hoje.

Campus — A precariedade deste contrato feito com a Phonogram, o que há com ele?

Vandré — Eu assinei um contrato com a Phillips para lançamento deste *tape* feito na França, mas eu não estava na época ocupado com estes problemas, que eu denomino de problemas estritamente advocatícios e não incluía entre as minhas responsabilidades a análise destes contratos. Depois fui rever este contrato como advogado e me dei conta de que existia uma cláusula que juridicamente não poderia ser admitida. Eu havia assinado este contrato por sugestão inclusive de um advogado, um "adevogado". Era uma cláusula que colocava num contrato de direito privado, entre partes de direito privado, a saber, eu e a Phonogram, como motivo de força maior, decisão da Polícia Federal. Para mim o que se tem apresentado como Polícia Federal no Brasil me

ode voltar

parece mais que tudo uma hipertrofia de uma pretensão de centralização de poder, inexecutável, um transplante dos conceitos norte-americanos de segurança, quer dizer, FBI — Federal Bureau de Investigações, com todas as deformações e mazelas que este sistema de transplante traz para todas as regiões onde se pretende transplantar uma coisa, sem considerar as especificidades das regiões. Juridicamente não existe crime federal; todo crime é crime contra a cidadania. Existe um conceito de unidade de federação em que todo crime contra a União é crime contra todos e quaisquer cidadãos brasileiros e a competência na minha opinião para ajuizamento destes crimes é primeiro dos juízes e tribunais estaduais na esfera criminal. Existe, então, um problema de base que é um conflito de jurisdição, sistemático, um verdadeiro pandemônio, um verdadeiro caos na aplicação da justiça no Brasil, a partir do momento que não se respeita foro, nem jurisdição.

SOLUÇÃO É VOLTAR A 46

Campus — Como você acha que deveria ser a estruturação de um governo no Brasil?

Vandré — Tem um carta constitucional elaborada e votada por uma assembléia constituinte, realizada em 46. Nós temos um problema concreto que é não se admitir mais que se considerem atos de governo, atos que não têm limites, que não reconhecem limites de poder, para que se possa falar outra vez de governo. Governo é uma questão de limites.

Campus — Você então é pela volta à vigência da constituição de 46?

Vandré — Não, para mim ela continua vigente, eu estou aqui por força dela.

Campus — Você desconhece tudo que foi feito em termos legais de 64 para cá?

Vandré — Legais.

Campus — 64 para cá não existe?

Vandré — Eu fui funcionário público até 68. Entrei de licença, quando eu voltei falaram que o governo havia me demitido e até hoje eu não achei o governo.

EU VOLTO A CANTAR SE...

Campus — Você disse que a última vez em que o *Geraldo Vandré* compositor produziu foi em 73. Eu quero saber se o compositor dentro de você ainda existe: você ainda compõe, ainda toca, pelo menos sozinho em sua casa? Existem músicas novas que o público desconhece?

Vandré — Sozinho na minha casa, só eu e as pessoas que eu convivo, que entram pela minha mão, sob minha responsabilidade. Na minha casa o governo sou eu.

Campus — E lá o *Geraldo Vandré* compositor ainda existe?

Vandré — Isto são problemas internos.

Campus — Porque o *Geraldo Vandré* não existe mais?

Vandré — Existe sim. Simplesmente eu não estou produzindo como compositor. Neste instante eu vim a Brasília para me

dirigir a um Tribunal, para colher informações a respeito de um processo.

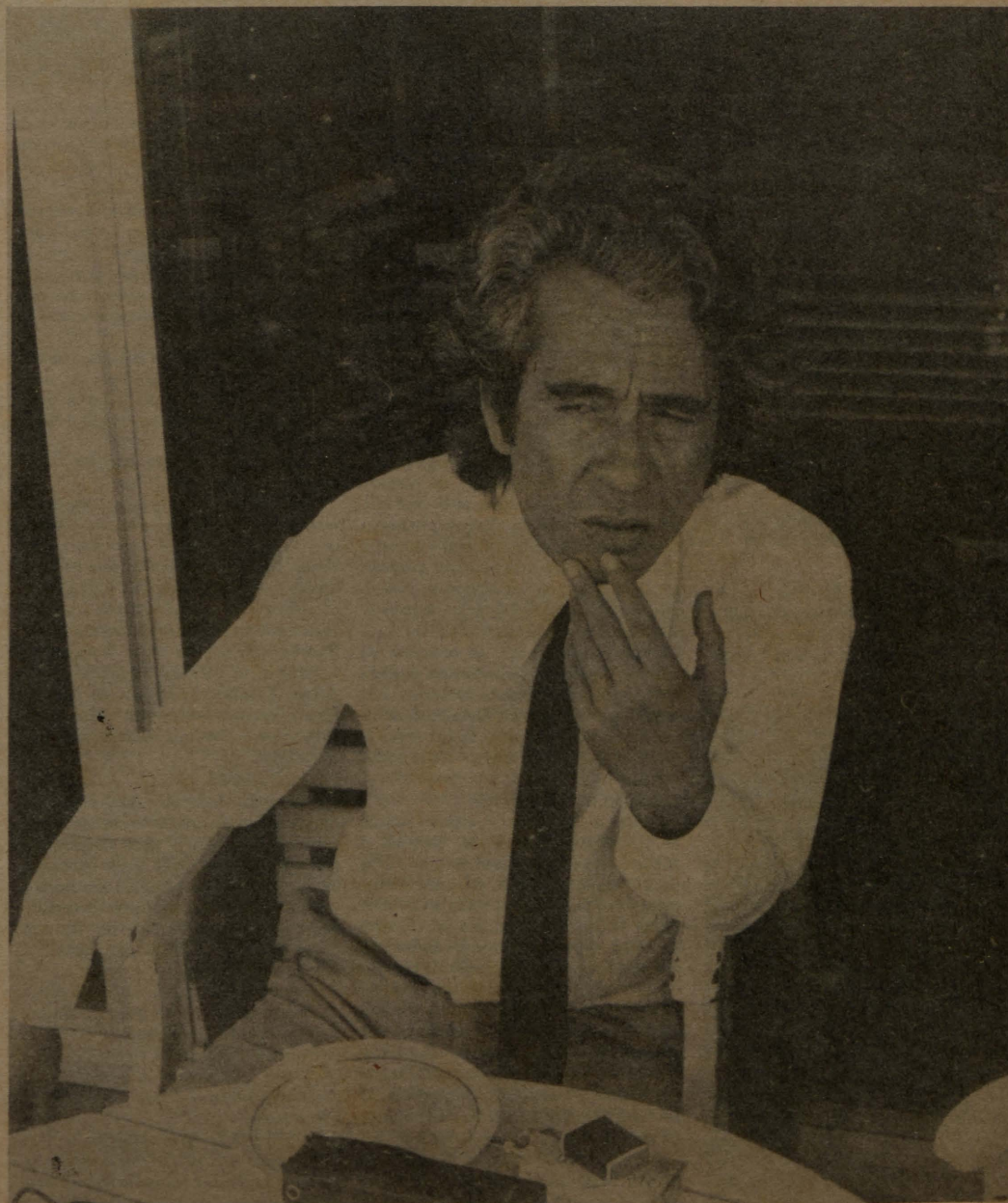
Campus — Isto se deu por determinadas circunstâncias; eu quero saber se existe a possibilidade do *Geraldo Vandré* compositor, cantor, ressurgir?

Vandré — Esta possibilidade existe tanto quanto existe a possibilidade de você, que

é novo, saber o que é governo.

Campus — O dia em que, como você diz, houver governo no Brasil *Vandré* volta a compor e a cantar?

Vandré — De novo, canto. O dia que houver governo no Brasil, *Geraldo Vandré* volta a cantar.



UnB quer editar livros para os estudantes

Um programa de assistência ao universitário é a prioridade da Editora Universidade de Brasília — a EDU — para o ano de 1980. Paralelamente ao aumento da produção de livros para alunos, a EDU lança a coleção "Textos de Aula" (com pequenas publicações destinadas às classes introdutórias de quase todos os cursos da UnB) que custarão de cinco a dez cruzeiros.

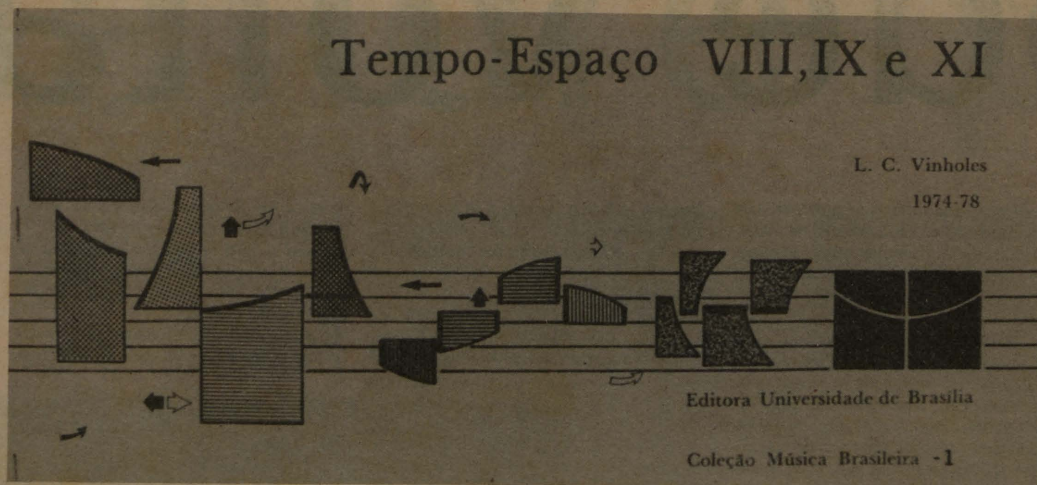
Além desse, a equipe editorial, presidida há quatro anos por Carlos Henrique Cardim, que é também Decano de Extensão e professor do Departamento de Ciência Política da UnB, tem em vista um outro projeto: o Brasil, sua História e sua Arte.

Mas, se a comunidade é a meta, a clientela ultrapassou os limites do Campus de Brasília. Através dos postos da FENAME, com a qual mantém convênio para a distribuição de livros e das distribuidoras comerciais, a Editora Universidade de Brasília atinge todo o país. Graças a este serviço, *A Era da Incerteza*, de John Kenneth Galbraith, pôde figurar, desde o começo do ano, entre os títulos mais vendidos no Brasil.

Todas as coleções lançadas obedecem a objetivos previamente estabelecidos pelo Conselho Editorial. Assim, os "Cursos de Introdução" visam produzir material de qualidade e necessário ao estudante. Para suprir e elaborar novas questões da história brasileira, "Presença" e "Trabalhos Brasileiros" foram lançados. Finalmente, as coleções "Pensamento Científico" e "Pensamento Político" completam a terceira vertente dos objetivos da editora: apresentar ao público obras de grande valor acadêmico, geralmente inéditas em língua portuguesa.

PRIORIDADE

Com um preço simbólico que varia entre cinco e dez cruzeiros, os "Textos de Aula" (a grande prioridade da Editora



Universidade de Brasília) tornam acessíveis à comunidade estudantil artigos de alto padrão especialmente dirigidos às classes introdutórias.

A série, que beneficiou inicialmente os cursos básicos de Antropologia e Ciência Política (dedicou dez textos a cada uma), vai se expandir este ano. Ao final, somará 100 pequenas publicações abrangendo todas as áreas: Sociologia, Economia, Francês, Física, Relações Internacionais, Psicologia, etc.

BRASIL, A MENINA DOS OLHOS

Mas é o Brasil, com sua história e sua arte, que receberá maior atenção em 1980. Obedecendo a um moderno padrão editorial, perfis intelectuais e políticos de figuras de destaque da História Contemporânea Brasileira serão tratados na coleção "Presença". Assim, Petrônio Portella, Araújo Castro, Carlos Lacerda e San Tiago Dantas (entre outros) poderão ser lidos à luz de um cuidadoso roteiro interior e espiritual que inclui depoimentos, textos, caricaturas e fotografias.

"Temas Brasileiros", ao contrário da coleção "Presença", aborda um período mais extenso da História do Brasil. Seu objetivo, a exemplo da Coleção Brasileira, é dirigir e produzir textos sobre o Brasil. *Sistema Sesmarial* é o seu primeiro volume.

PENSAMENTO POLÍTICO

Poder e Sociedade, o clássico estudo de sociologia política de Lasswell e Kaplan, está entre os livros que, em 1979, deram continuidade à coleção "Pensamento Político", apresentada ao público desde 1978. Ainda no ano de 79, uma das mais importantes referências históricas no estudo da implantação da disciplina de Relações Internacionais Contemporâneas, *Paz e Guerra entre as Nações*, de Raymond Aron e prefaciada por Vamireh Chacon, foi editada. Destacam-se, também, duas obras inéditas em língua portuguesa. Uma delas, com prefácio do professor Zevedei Barbu, do Departamento de Ciências Sociais da UnB, é o mais importante trabalho de Tocqueville: *O Antigo Regime e a Revolução*. A outra, *A Nova Ciência da Política*, de Voegelin,

estuda a influência do neopositivismo na Ciência Política. Em *Política Contemporânea*, organizada por Anthony de Crespigny e Kenneth R. Minogue, os perfis dos mais importantes pensadores políticos são apresentados e analisados por seus melhores intérpretes. Destaca-se o estudo de Samuel Gorowitz sobre John Rawls, o filósofo contemporâneo que critica de forma contundente o utilitarismo.

Uma coletânea, desta vez abordando o conceito de política através de aulas magnas proferidas, desde o começo do século, nas universidades inglesas (Cambridge, Oxford, London School of Economics) está prevista para este ano. Seu título: *O Estudo da Política*.

Inéditos em português e com lançamento previsto para este ano, estão: do famoso pensador contemporâneo Niklas Luhmann, *Legitimação pelo Procedimento*, que analisa a relação entre Direito e Política; *Teoria das Formas de Governo*, livro didático de qualidade acadêmica, de Norberto Bobbio. E ainda *Sociedade e Liberdade*, de Dahrendorf; de Raymond Aron, *Estudos Políticos*; de Samuel Finer, *Governo Comparado* e *Considerações sobre o Governo Representativo*, de Stuart Mill.

OS DESTAQUES

Depois de Galbraith, com *A Era da Incerteza* (atualmente entre os livros mais vendidos no Brasil) e de *A Escalada do Homem*, de Bronowsky (uma apresentação humanista da evolução biológica e cultural do homem), a Editora Universidade de Brasília apresentará, em 80, dois novos títulos: *Origens*, de Leakey, e *Civilização*, de Clark.

A Coleção "Clássicos da Modernidade" aparecerá também este ano. Divulgará trabalhos dos filósofos modernos.

Para isso, os direitos autorais da obra de Weber, *Economia e Sociedade* (o primeiro volume previsto), estão sendo negociados.

CONVITES INTERNACIONAIS

Sempre articulada às atividades programadas pelo Decanato de Extensão, uma vez que é ela quem publica as atas e tex-

tos apresentados nos encontros, seminários e mesas-redondas, a EDU colabora, a partir do segundo semestre, com um trabalho extremamente ousado daquele decanato.

São os seminários centrados em cientistas reconhecidamente destacados



na comunidade internacional, que contarão com a presença do autor e especialistas em sua obra. Assim, durante uma semana, Galbraith será debatido e analisado por especialistas e... por ele mesmo, na Universidade de Brasília.

Depois de Galbraith, cuja presença foi confirmada a partir do dia 15 de agosto, Raymond Aron chegará na segunda semana de setembro. A seguir, está Dahrendorf, em data a ser confirmada.

E ainda, dentro da perspectiva dos seminários internacionais, a EDU coloca nas livrarias, a partir de junho, os anais do I Encontro Internacional da UnB, que abordou as possíveis alternativas sociais, econômicas e políticas mundiais para as novas décadas.

Margarida Sarto



Centro do Rondon, nova opção de estágio

Adriano Machado Lafeta

O Projeto Rondon abrirá ao universitário uma nova opção de treinamento profissional com a instalação, na região do Baixo São Francisco, até o final de maio, de Centros de Atuação Permanente — CAPs, que são centros de prestação de serviços, principalmente treinamento de técnicos, desenvolvimento, adaptação e transmissão de técnicas e realização de pesquisas.

Proporcionar aos universitários aprendizado sócio-profissional, com a participação em trabalhos integrados aos currículos da Universidade; levar técnicos, através de órgãos públicos e privados, para fornecer meios e condições de desenvolvimento à região; possibilitar à Universidade participação efetiva no processo de desenvolvimento nacional, fortalecendo a idéia de extensão universitária; e possibilitar a participação das comunidades no seu próprio processo de desenvolvimento são os objetivos básicos dos CAPs.

Extensão universitária, os CAPs terão sua programação planejada pela Universidade, que também deverá fornecer material próprio para as atividades. O Projeto Rondon se articulará com órgãos governamentais e privados, no sentido de abrir novas oportunidades de programação e financiamento. Nas Coordenações Estaduais, o Projeto Rondon participará na elaboração do programa de trabalho dos CAPs, juntamente com o Governo do Estado, Prefeituras, Secretarias e outras entidades locais.

Os Centros de Atuação Permanente funcionarão, no Estado de Sergipe, nas cidades de Neópolis, Brejo Grande, Pacatuba e Propriá, com planejamento da Universidade Federal de Sergipe, e, no Estado de Alagoas, nas cidades de Penedo, Piacaçabu, Porto Real do Colégio e Igreja Nova, com a participação da Universidade Federal de Alagoas.

Os CAPs do Baixo São Francisco começam a funcionar em junho e o Projeto Rondon estuda agora a instalação de CAPs também no Rio Grande do Norte, no Vale do Açu, que teriam a participação das Universidades Federal do Rio Grande do Norte, de Natal, e Regional do Rio Grande do Norte, de Mossoró, além da Escola Superior de Agricultura de Mossoró.

São três os programas básicos do Projeto



Rondon: o Programa de Operações Especiais, que desenvolve os CAPs, e os Programas de Áreas Prioritárias e de Apoio às Instituições de Ensino Superior.

OPERAÇÕES ESPECIAIS

O Programa de Operações Especiais surgiu por iniciativa dos próprios estudantes que, desenvolvendo um trabalho de auxílio às populações menos favorecidas, recorreram ao Projeto Rondon em busca de treinamento e supervisão, numa tentativa de melhorar a eficácia da sua ação.

De caráter eminentemente social, dirigido em função do interesse de órgãos públicos federais, regionais, estaduais, municipais e de entidades diversas, o Programa de Operações Especiais promove à realização de campanhas, levantamentos, estudos e outros trabalhos, conforme as necessidades e interesses locais.

ÁREAS PRIORITÁRIAS

Nas férias escolares de janeiro e fevereiro, o universitário desloca-se de sua área de origem para outra com uma nova realidade, tendo, então, oportunidade de formar uma consciência clara de integração nacional e compreender a necessidade da conjugação de esforços em torno dos objetivos nacionais. Essa operação, a mais conhecida do Projeto Rondon, procura manter um espírito de aventura, desenvolvendo um certo pioneirismo no jovem universitário.

As diretrizes gerais da Operação Nacional são elaboradas pela Gerência do Programa de Áreas Prioritárias, cabendo às Coordenações Estaduais do projeto a organização e planejamento da atuação dos universitários, devido ao seu maior conhecimento da realidade local. Tudo feito em acordo com órgãos federais e estaduais, de modo que haja conciliação de planos e programas existentes com as atividades

a serem desenvolvidas e a definição das áreas de atuação.

Nas férias de julho é desenvolvida a Operação Regional que, devido ao curto espaço de tempo que não permite um grande deslocamento, tem como característica básica a atuação no mesmo Estado de origem.

Dentro ainda desse Programa de Áreas Prioritárias, há o Programa de Interiorização de Profissionais, que ampara o universitário no início de sua fixação junto a uma comunidade, mantendo um vínculo salarial, entre ele e o Projeto Rondon, no período máximo de um ano. Para as comunidades que não têm condições de absorver um profissional liberal, o Rondon estuda a possibilidade de, futuramente, montar um esquema de rotatividade profissional — de nível superior e médio — expandindo, assim, seu Programa de Interiorização.

O Programa de Apoio às Instituições de Ensino Superior engloba três subprogramas — campus avançado, seminários de estudos e viagens de estudos — que, em seu conjunto, envolvem mais de cem mil universitários por ano.

— Campus Avançado é uma extensão da Universidade e funciona o ano inteiro revezando equipes para manter a continuidade do assessoramento e interiorização de técnicas modernas que vêm sendo prestados às comunidades carentes, ao mesmo tempo que permite à Universidade retroalimentar-se e adequar-se melhor à comunidade nacional.

— Para examinar e debater temas relacionados com a problemática nacional, dando ao universitário brasileiro mais uma oportunidade de inteirar-se melhor da realidade de seu País, são desenvolvidos Seminários de Estudos, abordando temas sobre problemas brasileiros, nos diversos Estados.

— O terceiro subprograma, Viagens de Estudos, é realizado em conjunto com as instituições de ensino superior, em qualquer época do período letivo, e visa proporcionar aos universitários das áreas tecnológicas conhecimentos "in loco" dos principais empreendimentos técnicos industriais ou em setores de comprovada importância e valor científico existentes no Brasil.

Só um brasileiro em Moscou de quem é a culpa?

Se você, morador de Brasília, pretende ser um bom atleta — quem sabe — algum dia chegar até uma Olimpíada, em primeiro lugar seja sempre muito paciente e tenha perseverança bastante para não desanimar-se diante dos inúmeros obstáculos que irão surgir e do pouquíssimo apoio que irá encontrar na cidade. Como exemplo: somente um brasileiro irá para Moscou.

O DEFER explica que isto acontece porque Brasília não possui ainda uma infra-estrutura, como nos grandes centros, Rio e S. Paulo, onde as grandes empresas em geral adotam atletas, ou seja, se comprometem a custear todo o seu treinamento esportivo. Aqui a situação dos atletas é muito precária, eles se encontram "jogados ao vento" e os clubes, que poderiam ser de grande ajuda, na sua maioria se preocupam mais com a parte social, e não se interessam em aplicar dinheiro no setor esportivo. Não contratam bons técnicos e nem organizam campeonatos satisfatórios. E quando há algum na cidade os atletas são convidados somente para disputá-lo e ao término deste voltam para o anonimato, à espera de outra rara convocação.

O DEFER afirma que, se o trabalho por parte dos clubes no setor esportivo for bem planejado, eles terão um bom lucro em relação ao dinheiro gasto. E sobre os poucos campeonatos, um professor do DEFER diz que eles procuram ajudar no quanto é possível, mas que não encontram nenhuma cooperação por parte de clubes claudicantes que sempre se esquivam aos convites esportivos que lhe são mandados, o que resulta num número pequeno de participantes nos campeonatos realizados, de modo a

prejudicar o próprio atleta, pois quanto mais participantes houver, mais partidas ou competições haveria e, assim, maior oportunidade para os atletas se exercitarem.

Mas apesar da enorme falta de apoio aos esportes existentes em Brasília, um atleta do Distrito Federal conseguiu se destacar e integrar a equipe brasileira que irá para Moscou. Seu nome é Nelson Guerra Vieira, judoca, chegado há pouco do Japão, onde esteve fazendo um treinamento intensivo. Porém o destaque de Anelson se deve a ele próprio ter financiado seu esporte. E judô sendo um esporte individual, onde a força de vontade e o dinheiro bastam, simplificou bastante a escalada do atleta. O que já não acontece com os esportes em equipes em que se depende dos outros componentes.

Por causa da dificuldade que há em ser descoberto no campo esportivo em Brasília, o DEFER avisa que já que há poucos campeonatos todos deveriam participar quando houver algum, pois existem professores que acompanham de perto o desempenho dos atletas e quando algum se destaca é logo aconselhado por este órgão a se filiar na Federação Esportiva de Brasília. Porém aí surge um novo problema: o atleta passará a ter um simples papel de observador na briga que provavelmente surgirá entre a Federação e os clubes, onde ambos querem o atleta a sua disposição. E ele sem maiores incentivos acaba se acomodando e à espera do "ver o que vai dar".

Este é um dos motivos que faz com que tenhamos apenas um representante brasileiro nas próximas Olimpíadas. Pois um atleta nunca pode "parar", e a continuidade de treinos, importantíssima para qualquer esporte, não existe aqui na cidade.

Críticas da imprensa visam interessadas, denuncia a CNBB

As críticas dirigidas à CNBB por jornais e revistas foram denunciadas pelo padre Nereu de Castro, assessor do Setor de Comunicação Social da CNBB, como "um jogo dos jornais ligados ao sistema, que observam e informam através de um ângulo superficial a vida da Igreja".

O atual conflito entre imprensa e CNBB começou na época da última Assembleia da CNBB, em fevereiro, quando a Igreja resolveu publicar um documento sobre o problema da posse da terra e quando se elaborou o roteiro da viagem do Papa ao Brasil, incluindo na visita lugares em que João Paulo II entraria em contato com problemas denunciados no documento. O roteiro incluiria encontros do Papa com posseiros, índios, trabalhadores e estudantes. Segundo padre Nereu a imprensa distorceu os fatos, criando um conflito entre CNBB e Nunciatura Apostólica, representante diplomática do Vaticano no Brasil, ao afirmar que haveria tensões entre bispos da CNBB e a Nunciatura.

As divergências não são negadas, mas para o assessor da CNBB elas também não chegam a ser tão graves, pois existe entre CNBB e Vaticano um intercâmbio de diálogo e boas relações para se explicarem as partes. O papel da Nunciatura é apenas de intermediária entre o Brasil e o Vaticano, diz ele.

O padre Nereu acha que as posturas adotadas pela Igreja brasileira diferem das da Igreja européia. As questões levantadas pela CNBB e o seu papel de defensora dos problemas do trabalhador rural, do índio, dos migrantes e dos operários, nunca poderiam ser vividos pela Igreja européia, já que lá esses problemas inexistem.

Levantando a questão da posse da terra num trabalho de conscientização dos trabalhadores rurais, dos povos indígenas e todos os que se sensibilizam com esses problemas, a Igreja está cumprando uma briga com os grandes proprietários de terra, lembra o padre Nereu. E prossegue dizendo que as críticas da imprensa e dos meios de comunicação em geral são favoráveis para a divulgação do documento.

PLANTAR O CERRADO É CARO MAS COMPENSA

As terras do cerrado são altamente produtivas, e demonstram maior viabilidade econômica à medida que são exploradas. Apesar do alto investimento que requerem para a produção, constituem uma das melhores opções para a expansão da fronteira agrícola nacional. Este custo, no entanto, é subsidiado pelo governo, e além de receber as garantias comuns às demais regiões, o cerrado é a única em que ainda se mantém o empréstimo de investimento.

O trabalho desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a recente experiência de aproveitamento da região comprovam que o cerrado tem condições de produzir soja, trigo, arroz e café e apresenta, em alguns casos, produtividade até mais elevada do que nos tradicionais Estados produtores do sul do país.

Uma pesquisa realizada pela EMBRAPA revela que a região do cerrado, embora ainda não esteja totalmente explorada, já contribui com 36% do rebanho bovino do Brasil, 24% do suíno e 36% do equino. Já é responsável por 40% da produção nacional de arroz, 16% da de milho e 18% da de feijão. A região tem um clima favorável, com níveis de temperatura adequados à maioria dos cultivos, luz suficiente para o desenvolvimento das plantas, baixa umidade relativa do ar, o que constitui um fator preventivo de doenças da lavoura, topografia ideal para a mecanização agrícola, infra-estrutura de produção, entre outras vantagens que contribuíram para estes resultados.

Segundo o chefe do Departamento Técnico e Científico da EMBRAPA, Hermírio Maja Rocha, o solo do cerrado requer, no entanto, um alto investimento em adubação corretiva, pois tem uma deficiência de fósforo. Do ponto de vista

físico apresenta ótimas condições para o desenvolvimento da agropecuária. Outro fator favorável, que constitui um incentivo à utilização da região do cerrado, são os preços das terras que ainda são relativamente baixos em relação às outras regiões férteis do país. Assim, o alto investimento em insumos é compensado, na sua opinião, pelo baixo gasto com a aquisição das terras.

PROBLEMAS

O Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC), da EMBRAPA, pesquisa alguns principais problemas que envolvem a região. Estas questões, no entanto, não constituem fator de impedimento para o aproveitamento de cerca de 50 milhões de hectares dos 180 milhões existentes no Brasil. Com o desenvolvimento da pesquisa, é possível minimizar o efeito destes fatores negativos, através de sistemas de agricultura adaptados ao ecossistema, acredita o CPAC.

Além da baixa fertilidade dos solos, facilmente solucionável através da utilização de insumos adequados, a deficiência hídrica pode ser apontada como a mais séria. A distribuição das chuvas é irregular na região, o que é agravado pela baixa capacidade de retenção de água pelos solos, pela ocorrência de uma vegetação com limitado poder de desenvolvimento de raízes. No Distrito Federal, onde está localizado o CPAC, existe um período de seca durante a estação chuvosa — o veranico.

Este fenômeno, que ocorre geralmente em fevereiro, coincide com a época de floração das plantas e pode comprometer seriamente a colheita. A solução encontrada é iniciar o plantio com antecedência, utilizando-se previsões meteorológicas. Caso este procedimento não tiver

sido feito a tempo, é sempre possível instalar sistemas de irrigação para minimizar os efeitos sobre a cultura.

A utilização agropecuária do cerrado é recente. Somente há alguns anos atrás, sentiu-se a necessidade econômica do seu aproveitamento, com o início da saturação das outras regiões agricultáveis. O cultivo limitado e a consequente falta de conhecimento dos recursos naturais e econômicos da região tornam necessária a diversificação dos sistemas de cultivo, além da tradicional cultura arroz/pastagens. Novos sistemas vêm sendo desenvolvidos para permitir a utilização da região durante todo o ano, tanto na época das chuvas quanto na época da seca.

EXPLORAÇÃO

O governo está interessado na exploração do cerrado e promete maciços investimentos na região este ano. Toda a tecnologia de exploração racional desenvolvida pelos técnicos da EMBRAPA está à disposição do agricultor através da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). A difusão dos resultados das pesquisas é feita por esta empresa, que promove visitas a núcleos rurais, palestras, cursos e distribui material impresso a agropecuaristas, gerentes de bancos, estudantes, pesquisadores, distribuidores de insumos e máquinas agrícolas.

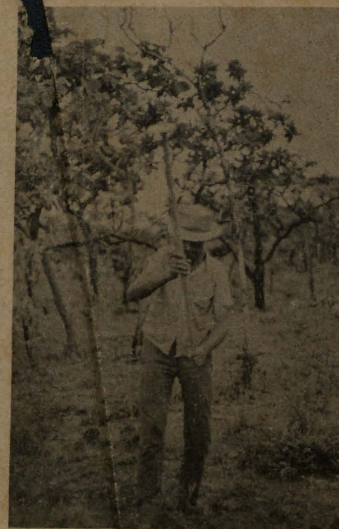
Para o CPAC esta divulgação é necessária "para que todos se convençam de que os 180 milhões de hectares da região dos cerrados já estão aptos a se integrarem à produção agrícola nacional, contribuindo não só com uma maior oferta interna de alimentos como aliviando o déficit comercial do país".

Todas as garantias oferecidas à agricultura atualmente se estendem à região do cerrado. O governo subsidia a produção

através de mecanismos como o Valor Básico de Custeio (VBC) oferecido a alguns produtos para garantir o investimento inicial, adquire a produção com os mínimos, além de oferecer o seguro agrícola — PROAGRO, que indeniza por perda de colheitas cobrindo 100% de seu valor financeiro.

Várias alternativas de ocupação dos cerrados já estão sendo aplicadas. O governo considera viável formas como a iniciativa de empresas agropecuárias e projetos mais amplos de colonização. Uma solução encontrada e atualmente em uso no Distrito Federal pela Fundação Zoológica foi a adoção de um sistema de arrendamento por 30 anos, condicionado à exploração adequada da área. Centenas de colonos já estão cultivando glebas de terra que variam entre 50 e 300 hectares.

O Programa de Exploração Agropecuária dos Cerrados do Brasil Central (POLO-CENTRO), que tem atuado principalmente em Minas Gerais e Goiás, liberou milhões de cruzeros em financiamentos a pessoas jurídicas que adquiram terras agrícolas na região.



PROFESSOR QUER MELHOR USO DO SOLO EM BRASÍLIA

Brasília, e muito especialmente o Plano Piloto, poderá se tornar a região urbana brasileira de maior custo da área edificável, o que no mínimo é um contrassenso, considerando-se a ampla disponibilidade de terras planas. Esse é o diagnóstico pouco animador que faz o professor Stephen C. Collins, doutor em Desenvolvimento Urbano pela Universidade de Chicago, professor em Berkeley e autor de meia dúzia de livros sobre a expansão urbana na América Latina.

Stephen Collins baseia sua previsão nas próprias projeções estatísticas brasileiras e na força, percebida em um mês de trabalho no Brasil, do "processo de canibalização do tecido urbano brasileiro": "o problema é que Brasília foi criada e vive como um projeto estático, enquanto a situação social e econômica do país apóia-se no dinamismo e na mobilidade, tanto no que concerne à expansão das fronteiras humanas, quanto das fronteiras agrícola, industrial e de serviços". No seu entender, Brasília, por características inerentes, continuará a catalisar amplos flu-

xos migratórios de grupos dos mais distintos níveis de renda e especialização.

— É natural, considerando-se o nível normalmente limitado das administrações públicas, que se enfoque a questão da expansão urbana a partir de um ponto de vista estático ou quase estático. É contrário ao próprio espírito das burocracias e dos burocratas o enfrentar a realidade dentro de uma projeção dinâmica e móvel, em que as soluções sejam pensadas não dentro de uma ótica imediatista, mas de longo prazo. E no caso específico de Brasília, essa ação burocrática, essa interpretação estática, arrisca de arruinar fundamentalmente um projeto que teve muito de positivo em suas origens e que é, ainda, plenamente viável.

Na visão do cientista urbano norte-americano, um dos setores a merecer maiores cuidados é do controle sobre a oferta de terras, assegurando-se o uso que se faça pretendido, segundo um modelo a se estabelecer. Com isso seria evitada a capitalização privada dos benefícios derivados da valorização extrínseca da terra

e o uso inadequado do solo, resultante de interesses privados comprometedores do plano urbanístico da cidade e da solidez indispensável à convivência da liderança nacional.

— Com o estabelecimento de mecanismos de controle dessa oferta evitar-se-ia, também, a persistência da especulação imobiliária que, nas demais grandes cidades brasileiras, tem animado um indesejável enriquecimento fácil de certos segmentos, já abastados, da sociedade, em detrimento de uma mercadoria de elevado conteúdo social, que é a casa própria. Percebe-se, hoje, que a proposta de controle do solo, em Brasília, ao contrário do que comumente se pode pensar, é muito menor do que em algumas capitais novas, como Nova Delhi, Camberra ou Ancara, onde o controle do Estado sobre a propriedade é muito mais elevada, com vistas a preservar a funcionalidade administrativa dessas cidades.

Soluções existem. Em seus trabalhos de pesquisa em Brasília, o professor Collins colheu tentativas de solução em

pesquisas realizadas pelo próprio Governo. Uma das propostas mais interessantes, diz, é a que consta de trabalho do IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social, órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República), que propõe a federalização de Brasília, de modo a incorporar o plano do Governo local aos Planos Nacionais de Desenvolvimento, de forma a assegurar a sobrevivência administrativa, técnica e financeira da cidade. Com isso seria possível não apenas reorientar a política comercial da Terracap, obstando-se a venda indiscriminada de terrenos, como também a política de Governo que a sustenta. Caso contrário estar-se-á minando, cada vez mais, a capacidade de orientação adequada de ocupação do solo em Brasília, com sensíveis prejuízos à consolidação da trama sócio-econômica da cidade, ao seu custo de manutenção e às suas feições.

Pedro Luiz Rodrigues